

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:	Malam Bacai Sanhá
Chefe de governo:	Carlos Gomes Júnior
Pena de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	1,5 milhão
Expectativa de vida:	48,1 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	192,6 por mil
Taxa de alfabetização:	52,2 por cento

A tensão entre os militares continuou a ser uma fonte potencial de instabilidade. Houve informações sobre uma tentativa de golpe no final de dezembro. Com a falta de progresso nas investigações sobre os assassinatos de personalidades políticas e militares em 2009, milhares de pessoas saíram às ruas para exigir o fim da impunidade. A liberdade de expressão esteve ameaçada com a ordem de encerramento de um jornal que apontou o envolvimento de um militar no assassinato do ex-Presidente do país. Em julho, foi aprovada uma lei que proíbe a mutilação genital feminina (MGF) e, em outubro, foi aberto um processo contra duas pessoas que executavam essa prática.

Informações gerais

Magistrados e outros funcionários da Justiça realizaram diversas greves no decorrer do ano, exigindo melhores salários e condições de trabalho.

Em fevereiro, a União Europeia (UE) suspendeu parcialmente a ajuda ao desenvolvimento. A UE também ameaçou congelar os bens e cancelar os vistos de vários oficiais militares e de outras autoridades suspeitas de envolvimento com o tráfico de drogas e com a perturbação da paz, da segurança e da estabilidade. Além disso, reiterou a sua exigência de que os assassinatos políticos ocorridos em 2009 sejam investigados.

Em março, um contingente de 600 polícias e militares angolanos foram destacados para participar da Missão de Segurança Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG), que visa auxiliar no processo de formação e reforma do setor de segurança do país. Depois de a UE ter encerrado a sua Missão para Reforma do Setor de Segurança, em setembro de 2010, o governo angolano concordou em providenciar os fundos necessários para treinar e reformar a polícia e as forças armadas.

Em junho, a Assembleia Nacional Popular aprovou uma série de novas leis, como uma que proíbe a mutilação genital feminina (MGF) e outra dirigida à prevenção e punição do tráfico de pessoas. Ambas as leis foram promulgadas em julho e passaram a vigorar imediatamente.

Em julho, milhares de pessoas participaram nas manifestações organizadas por 10 partidos políticos de oposição na capital, Bissau, para protestar contra a falta de progresso nas investigações sobre os assassinatos políticos de 2009. Os manifestantes também exigiam a renúncia do primeiro-ministro e a instauração de processo contra ele e outras autoridades acusadas de responsabilidade pelos crimes.

Em agosto, o novo procurador-geral da República, recém-designado, prometeu combater a corrupção, o crime organizado e a impunidade.

No fim de dezembro, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas anunciou que havia sido frustrada uma tentativa de golpe envolvendo soldados e civis, inclusive um ex-ministro e um parlamentar. Outras informações davam conta de uma rebelião militar motivada por desavenças entre os chefes do Estado Maior das Forças Armadas e da Marinha. Aproximadamente 50 pessoas, na maioria soldados, teriam sido presas. Cerca de 10 foram libertadas em seguida, sem acusações. Pelo menos 25 pessoas permaneciam presas.

Execuções extrajudiciais

Em 27 de dezembro, a Polícia de Intervenção Rápida executou Iaia Dabó de modo extrajudicial no momento em que ele se preparava para entregar-se à Polícia Judiciária. Era suspeito de ter participado numa suposta tentativa de golpe no dia anterior. Até o fim do ano, ninguém tinha sido preso em razão de sua execução. Iaia Dabó era irmão de um político que foi morto por soldados em junho de 2009, após ser acusado de envolvimento noutra suposta golpe.

Impunidade

Ninguém foi levado à Justiça para responder pelos assassinatos de políticos e de militares graduados ocorridos antes e durante 2009.

Em março, o então procurador-geral anunciou que as investigações sobre a morte do presidente João Bernardo Vieira e do Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Tagme Na Waie, tinham atingido um impasse devido às dificuldades em recolher evidências.

Em maio, ele também anunciou que não havia provas de uma tentativa de golpe de Estado em junho de 2009, tendo encerrado provisoriamente a investigação. O então procurador-geral remeteu o processo sobre o assassinato de dois políticos, no contexto do suposto golpe, para o Tribunal Militar Superior, que, segundo ele, teria competência para julgar o caso. O tribunal militar, porém, resolveu recusar o caso e encaminhá-lo para o Supremo Tribunal de Justiça. Até o fim do ano, nenhuma decisão tinha sido tomada sobre a competência para conduzir o processo.

Violência contra mulheres e meninas

Mutilação genital feminina (MGF)

Em julho, foi aprovada uma nova lei que proíbe a MGF e que pune quem aplica essa prática com penas de 1 a 5 anos de prisão. Em outubro, duas *fanatecas* (como são chamadas as mulheres que realizam a MGF) e uma terceira mulher foram presas na cidade de Bafatá, região leste do país, após serem acusadas de submeter quatro meninas à MGF no mês de setembro. As quatro meninas, de entre 2 e 5 anos de idade, que pertencem à mesma família, foram levadas pela avó para serem mutiladas. Ela foi uma das pessoas presas em outubro. Depois de passarem alguns dias detidas, as três mulheres foram postas em liberdade condicional, à espera de maiores investigações, tendo que se apresentar diariamente ao Ministério Público. Até o fim do ano, o caso não tinha chegado aos tribunais.

Liberdade de expressão – jornais

Em abril, o governo ordenou que o semanário *Última Hora* fosse fechado, depois do jornal ter publicado um artigo contendo trechos de um relatório oficial, ainda não publicado, que, aparentemente, implicava o então Chefe do Estado Maior da Armada no assassinato do Presidente

Vieira. Após uma ampla condenação por parte de grupos da sociedade civil, o governo negou que tivesse ordenado o encerramento do jornal. Não obstante, o governo lançou um alerta para que todos os jornais fossem prudentes nas suas reportagens; caso contrário, perderiam as licenças.

Visitas/relatórios da AI

☞ Uma delegação da Amnistia Internacional visitou Guiné-Bissau em março.